

Naturalização das demandas para a psicologia: uma questão atual

Normalization of the Demands for Psychology: A Current Issue

Naturalizacio'n de las Demandas para la Psicologia: Un Problema Actual

Andréa Luiza da Silveira

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Karine Vanessa Perez

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Volmir Mielczarski dos Santos

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Resumo

A ampliação das políticas públicas no Brasil, a partir da década de 1980, possibilitou uma diversidade de práticas que, igualmente, dirigem novas demandas à psicologia. Problematisamos, assim, as demandas na reconfiguração desse campo seguindo a naturalização como elemento central que se fez presente desde a instauração da psicologia, passando pelas crises que operam em seu desenvolvimento até a tarefa de renovação e ultrapassagem de modos de compreensão naturalizantes. Formulamos, destarte, aspectos relativos às especificidades dos efeitos da naturalização das demandas nas instituições retornando às elaborações iniciais dos analistas institucionais, sobretudo, em maio de 1968. A partir de uma reflexão acerca da inteligibilidade neoliberal e sua transversalização tanto sobre a dimensão das demandas quanto das práticas da psicologia, passamos à análise de aspectos vigentes das políticas públicas. Finalmente, redimensionamos a relação da política com a clínica ao pensá-la como alternativa às atuais modulações do capitalismo no contexto das políticas públicas.

Palavras-chave: Análise de Demandas. (Des)Naturalização das Práticas. Psicologia e Políticas Públicas.

Abstract

The expansion of public policies, since the 1980's in Brazil, has provoked the appearance of a variety of different practices which brought new demands to the psychology field. We problematize, thus, the demands in the reconfiguration of this this field as the central element which is present since the establishment of psychology, going through crises operating in its development up to the task of renewal and overtaking of naturalizing understanding modes..

We formulate, thus, aspects related to the specific effects of the naturalization of the demands in the institutions going back to the elaborations of the institutional analysts, in particular on May, 1968. From a reflection on the neoliberal intelligibility and its mainstreaming both on the size of demands as the psychology practices, we move to the analysis of existing aspects of public policies. Finally, we resize the relation of politics to the clinic to think of it as an alternative to current modulations of capitalism in the context of public policies.

Keywords: Analysis of the Demands; (Un)Naturalization of the Practices: Psychology; and Public Policies.

Resumo

La ampliación de las políticas públicas, desde la década de 1980 en Brasil, posibilitó la diversidad de prácticas, que dirigen nuevas demandas para la psicología. Así, problematizamos las demandas en la reconfiguración de este campo, siguiendo la naturalización como elemento principal que se ha hecho presente desde el establecimiento de la psicología. Desarrollamos así, aspectos relativos a las especificaciones de los efectos de la naturalización de las demandas en las instituciones rebuscando las elaboraciones iniciales de los analistas institucionales, sobretodo, en Mayo de 1968. A partir de una reflexión sobre la inteligibilidad neoliberal y la incorporación de su perspectiva tanto sobre la dimensión de las demandas cuanto de las prácticas de la psicología, pasamos a la análisis de los aspectos vigentes de las políticas públicas. Por fin, redimensionamos la relación de la política con la clínica siendo alternativa a las modulaciones actuales del capitalismo en un contexto de políticas públicas.

Palabras clave: Análisis de las Demandas; (Des)Naturalización de las Prácticas; Psicología y Políticas Públicas.

Introdução

As mudanças sociais a partir da década de 1980 no Brasil fizeram emergir uma diversidade de práticas que criaram um contexto no qual novas demandas se endereçaram à psicologia. Uma retomada histórica desse processo de ampliação faz

surgir várias dimensões de um movimento que vem reconfigurando a relação entre saberes e práticas no campo da psicologia (Neto, 2011).

Deste modo, ao problematizarmos as demandas para a psicologia neste contexto, procuramos estabelecer certa direção. O que vamos considerar como “de-

mandas” para a psicologia? Tal consideração implica caminhos a seguir, teorias a privilegiar, práticas a realizar?

A questão que Canguilhem (1972, p. 123) esboçou no texto *O que é a psicologia?* pode nos ajudar a ilustrar o problema que pretendemos abarcar, pois, nas palavras dele, “[...] quando se sai da Sorbonne pela rue Saint-Jacques, pode-se subir ou descer; se se sobe, aproxima-se do Pantheon, que é o Conservatório de alguns grandes homens, mas se se desce dirige-se certamente para a Chefatura de Polícia”.

Interessante destacar que o autor começa com a observação de que a questão “O que é a psicologia?” parece ser mais perturbadora para o psicólogo que para o filósofo “O que é a filosofia?”. Para o primeiro, o questionamento sobre a sua essência, sobre o seu conceito, coloca em questão a própria existência do psicólogo, pois se ele não consegue responder o que é, se tornaria bastante difícil responder sobre o que faz. A justificativa de sua eficiência de especialista não poderia ser, para o autor, sempre procurada numa eficácia discutível (Canguilhem, 1972).

No final de seu texto, aparece uma indagação, que ele chama de vulgar, mas nos parece irônica, uma questão da filosofia à psicologia: Me dizes que direção tendes para que eu saiba o que sois? Haveria tantos caminhos a seguir dependendo das

tantas configurações que a psicologia estabelecer? (Canguilhem, 1972).

Dar prosseguimento e uma direção às nossas indagações sobre as novas demandas para a psicologia nos exigiu compor o que idealizamos como problematização a partir do que nos inspiraram os grandes pensadores do Pantheon. Nesse sentido, procuramos nas raízes de seu saber a constituição epistemológica da psicologia, vista como campo fundamental para nossa argumentação. Além disso, buscamos compor com reflexões que relacionem esses fundamentos pelas questões apresentadas pelos conflitos vigentes nas instituições – e, nesse sentido, a passagem pela polícia é representativa das questões institucionais – as maneiras possíveis de gestão desses coletivos, os interesses que prevalecem, quais demandas vão sendo privilegiadas em detrimento de outras.

À medida que avançamos, perceberemos que para relacionar esses aspectos seria necessário estabelecer uma problemática norteadora de nosso argumento. Ao refletirmos sobre uma maneira de abordar a questão das demandas, envolvendo as mudanças sociais desde os anos 1980 e seus diferentes efeitos sobre o campo da psicologia, pensamos em problematizá-la a partir da tendência à sua naturalização e seus desdobramentos sobre a maneira de articular saberes e a produção de práticas neste contexto.

Para isso, retomamos aspectos relacionados à própria história da instalação da psicologia como campo de saber. Começamos com uma análise dos efeitos de uma formalização que se parte de uma naturalização de seu objeto e os diversos caminhos que surgem desde o questionamento desta concepção. A renúncia dos referentes ancorados na objetividade natural tem como consequência a necessidade de constituição de outros procedimentos e métodos de investigação e do enfrentamento dos desafios à sustentação de saberes de uma maneira distinta daquela estabelecida na naturalização.

Na sequência, pensamos ser necessário retomar algumas contribuições dos autores fundadores da análise institucional, aqui em questão Lorau e Lapassade, para pensarmos as especificidades da naturalização da demanda no que se refere às comunidades e coletividades. Retomamos a situação de crise de maio de 1968, como os acontecimentos analisados à luz das elaborações nascentes da Análise Institucional (AI), que serviram para uma ressignificação daquelas manifestações. Algumas elaborações são destacadas neste processo, além de outros conceitos constituídos posteriormente, para tentarmos fazer uma transposição dessas ideias para o contexto sociopolítico mais atual.

Para essa contextualização, tomamos como análise o campo de reconfigura-

ção da psicologia perante as demandas, começando inicialmente com uma indagação a respeito dos efeitos de uma inteligibilidade neoliberal que vem transversalizando tanto as dimensões das demandas quanto as práticas neste contexto e seus diferentes efeitos. Para avançar neste caminho, trabalhamos a relação entre subjetividade e clínica no contexto das modulações do capitalismo contemporâneo como um exercício inicial para pensarmos em vias de sustentação de saber de uma forma diferenciada dentro dos contextos de trabalho dos psicólogos.

O campo de saber da psicologia e a tendência à naturalização: uma questão sempre atual

Benevides (2004), a partir de algumas considerações sobre o texto de Foucault de 1957, *La Psychologie de 1850 à 1950*, ressalta que a psicologia, no caminho de formalização de seu saber, é levada a renunciar os postulados que nasceram orientados pelos ideais de rigor e objetividade à medida que reconhece em seu objeto outra coisa diferente da objetividade natural. Com isso, a psicologia se vê forçada a utilizar e a criar outros procedimentos e métodos de investigação. Esta necessidade de renovação impõe à psicologia, desde cedo, uma condição crítica no duplo sentido da palavra, como uma atividade e

como uma situação que submete este campo a um equilíbrio instável. Essa renovação é um fato histórico que se repete no desenvolvimento da psicologia, embora se mantenha como uma tarefa sempre incompleta.

Em vários momentos desse desenvolvimento houve tentativas hegemônicas de resolver essa crise estabelecida por um objeto marcado por uma tensão constituinte. Uma delas foi a de tomar como meta o estado de normalidade e adaptação, daí uma psicologia que tenta reduzir a condição de contradição a uma promessa de solução ou apaziguamento pela retomada na crença inabalável da natureza humana. De forma diferente, a sustentação de uma crítica à tendência naturalizante não garantiu, necessariamente, um avanço seguro, pois, muitas vezes, não é suficiente colocar em questão o imperativo metodológico importado das ciências naturais, uma vez que o pressuposto naturalista pode persistir sob outras formas, muitas vezes dissimuladas.

A história dos estudos psicológicos sempre foi marcada por uma dispersão teórico-metodológica, sendo que este saber nunca se firmou como um campo coeso. Na diversidade deste campo epistemológico podemos nos deparar tanto com propostas nas quais a naturalização continua sendo uma premissa fundante quanto propostas que mantêm uma posição crítica e pre-

cisam com isso sustentar ferramentas metodológicas que fundamentem seus saberes perante a instabilidade recorrente (Benevides, 2004).

Canguilhem (1972) aponta que a unidade característica de uma ciência foi procurada durante muito tempo na direção de seu objeto, o que ditaria o método utilizado para o estudo de suas propriedades. Com o tempo, foi percebido que isto limitaria a ciência à exploração de um dado, de um domínio, tornando-se evidente que uma ciência se dá mais ou menos o dado do qual se apropria e assim ela cria seu domínio. Dessa forma, o conceito de uma ciência se faz valer mais por seu método que por seu objeto. A expressão “objeto da ciência” passa a ter um sentido novo: não é mais um domínio específico de problemas, de obstáculos a resolver, é também a intenção e o alvo a própria ciência, isto é, o projeto específico que constitui sua consistência teórica.

Canguilhem (1972) retoma a posição de Lagache, que viu duas tendências na psicologia se consolidando com o passar do tempo em relação ao método/objeto. A primeira, naturalista, na qual uma psicologia só pode ser chamada de experimental em razão de seu método e não em razão de seu objeto. A segunda refere-se à condição de ser mais em razão de seu objeto que de seu método. Neste segundo caso que uma

disciplina poderia ser chamada de psicanalítica, clínica e social.

Do lado naturalista, apesar do método bem definido, o problema da transposição da psicologia dos animais para a do homem torna-se uma questão a ser resolvida. Do outro lado, no qual se encontra a psicologia social, a consistência teórica depende do percurso crítico visando a evitar o automatismo da execução propondo a nomeação e elaboração das questões que surgem na trajetória e que, por ventura, o suscitem.

Para Foucault (1994), uma das questões centrais para a psicologia contemporânea é saber em que medida ela é capaz de efetivamente dominar as contradições que a fizeram nascer a partir de uma objetividade naturalista, sendo esta a pergunta que a história da psicologia deve responder a si mesma. O futuro da psicologia dependeria da consideração dessas contradições. A partir disso, não haveria psicologia possível senão pela análise da existência do homem e pela recuperação do que há de mais humano neste homem que seria sua história.

A consideração de um elemento histórico surge justamente na perspectiva da psicologia social crítica como um recurso de ultrapassagem da referência à naturalização. Este campo de conhecimento teórico-prático vem acumulando uma produção de ferramentas metodológicas que

possibilitam ressaltar aquilo que marca a singularidade de certo tipo de configuração do tecido social. Deste modo, não nos encontramos diante de um objeto real concreto, isto é, o dado, mas, sim, nos encontramos frente a um objeto real de conhecimento, ou seja, o construído (Neves, 2004).

Antes de avançarmos à problemática da naturalização das demandas no contexto sociopolítico da atualidade, retomaremos alguns pressupostos que permitam refletir quanto a especificidade da naturalização das demandas e seus efeitos no que diz respeito aos grupos, coletividades e instituições. Para o estabelecimento deste contorno, partiremos de algumas considerações sobre como os analistas institucionais percebem esta temática.

A naturalização das demandas nas instituições

Um dos conceitos que mais impressionaram Baremlitt (1996) na obra de Lourau foi a ideia de “análise institucional a frio” e “análise institucional a quente”. Em relação a elas, Lourau se referia aos trabalhos dos institucionalistas durante os períodos de estabilidade ou de pouca mudança, e aos períodos sociais críticos, aqueles nos quais o instituído, organizado, “entra em parafuso” devido às diversas forças que estão em jogo nesses processos.

A vocação de Lourau, segundo Baremblytt (1996), era a prática da Análise Institucional em todas as situações possíveis, particularmente durante os períodos frios. Entretanto, sua vocação última foi a criação de uma situação de Análise Institucional a quente, generalizada, ou seja, construir a possibilidade de uma situação social de agitação em que pudesse expandir a Análise Institucional a toda uma sociedade.

É justamente uma dessas situações que Lapassade (2007) relata em seu artigo *Lourau pedagogo?*. Ela ocorre no momento em que Lourau se torna assistente de Henri Lefebvre em Nanterre. Nesse preciso momento, a faculdade de Nanterre é palco de uma fermentação político-universitária na qual um dos momentos fortes é a ocupação da torre administrativa, na noite de 22 de março de 1968. Nessa noite, Lourau está em Nanterre ministrando seu curso que é, na realidade, uma sessão de análise coletiva daquilo que ocorria na faculdade no “aqui-e-agora” conduzida segundo princípios pedagógicos não diretivos. Durante este trabalho surgem estudantes militantes que o convidam, para utilizarmos o termo que nos ocupa, que demandam a Lourau a segui-los para juntos ocuparem a torre administrativa da faculdade. Ele não aceita o convite considerando que esta “passagem ao ato” significa uma recusa da análise, à qual, como analista, não deveria aderir. Este foi seu

diagnóstico, ao mesmo tempo em que foi sua resposta.

Lapassade (2007) analisa esta situação mostrando que o posicionamento de Lourau sobre sua adesão à tomada da torre da administração, em um momento de análise, indicaria que o modelo não diretivo influenciava as práticas universitárias deste analista. E também indicaria quanto a definição freudiana de análise poderia estar presente, naquele tempo, em sua concepção e em sua prática da análise institucional, bem como na prática de todos os institucionalistas da primeira geração.

Lourau evocou este episódio em dois momentos e fez avaliações diferentes daquelas feitas por Lapassade. No primeiro momento, após os acontecimentos de maio de 1968, disse que a ocupação da torre constituía um analisador do que era a universidade francesa naquele momento. Portanto, a linha de pensamento de Lourau não é aquela de Lapassade, isto é, não diretividade e não resposta à demanda como marca da presença da definição freudiana de análise. Mas justamente pensar quanto a realização de um ato que estava em jogo na demanda dirigida a ele fez sentido na sequência, na sua articulação com o contexto de movimentações da universidade e, ao mesmo tempo, foi um analisador deste momento de turbulência. No segundo momento, depois de alguns anos, aponta algo de maior impacto: coloca que o mo-

vimento social de maio de 1968 orientou a Análise Institucional em uma direção que, sem esse acontecimento analisador das instituições, esta poderia se integrar pacificamente nas correntes modernizadoras que já influenciavam a *intelligentsia* e o poder político.

Faz-se importante ressaltar que, em relação ao segundo comentário de Lourau, não é o movimento de tomada do prédio da administração em si que orientou a Análise Institucional, mas sua potência como analisador daquelas instituições passa a ser significativa em função de que os analistas institucionais participavam do contexto de forma implicada. Entretanto, esta implicação envolvia igualmente, além de uma relação às demandas emergentes naquele momento, um posicionamento perante aquela situação. Assim, a implicação se estendeu a um interesse em analisar as repercussões do que emergiu em relação aos acontecimentos sociais mais amplos, pois tal análise foi realizada desde um lugar de afetação por estes acontecimentos.

A corrente institucionalista, para Lourau (2004) enfatizou a relação antagonista entre o *instituinte* e o *instituído* e os processos ativos de institucionalização. A dominação do instituído é fundada no esquecimento de suas origens, isto é, *na naturalização das instituições*. Produzidas pela história, as instituições resultam em um processo de naturalização por aparece-

rem como fixas e eternas, como algo dado, ou seja, como condição necessária e trans-histórica das vidas e das sociedades. Questionar esta tendência envolve articular lacunas, quer dizer, passar a ver relações nos lugares onde só se percebiam elementos coerentes e homogêneos, e assim encontrar um problema onde se julgava existirem soluções (Lourau, 1995).

Podemos, então, passar a um dos questionamentos centrais da análise institucional, qual seja, interrogar a concepção de que as comunidades ou coletividades, bem como as instituições, têm necessidades básicas indiscutíveis e universais na sua organização e funcionamento, expressas por meio de demandas espontâneas, logo exigindo produtos ou serviços. Essa ideia foi questionada e permite pensar que não existem necessidades básicas naturais e, menos ainda, demandas espontâneas. Nesse sentido, podemos afirmar juntamente com Baremlitt (1996) que as necessidades são produzidas e as demandas são moduladas conforme o momento histórico de uma sociedade.

Perguntar, deste modo, sobre o que se institui possibilita considerar o conceito de demanda como objeto de análise. Modifica-se o sentido do conceito de demanda através da proposição de sua análise como elemento fundamental da Análise Institucional para uma proposta de intervenção.

Lapassade (2004), ao comentar a passagem ocorrida no período de instalação de democracias em toda a América Latina, notou uma tendência à institucionalização da Análise Institucional e das correntes afins, principalmente no meio acadêmico. Ele asseverou que a proliferação de sistemas de consultoria, assessoria e intervenção institucional tinham muito mais uma orientação reformista, em geral com certa inspiração francamente cúmplice do instituído. Ao mesmo tempo, Lapassade (2004) destaca um crescimento expressivo do terceiro setor.

O panorama em 2001, segundo o que Lapassade (2004) expressou em uma fala que fez neste mesmo ano, dá para ele uma impressão de haver, de um lado, o terceiro setor que tenderia a funcionar de uma maneira autogestionária e, de outro, os domínios da assessoria que tendem a funcionar de uma maneira morna. A mudança desse panorama envolvia, para ele, que se propiciasse a conexão entre os analistas institucionais autênticos, implicados, e os movimentos, as organizações, os estabelecimentos, as iniciativas que estariam, naquela época, em estado de guerra em função das diferentes situações de calamidade pública.

Parece-nos fundamental retomar algumas ressonâncias das questões até agora trabalhadas no contexto socio-político atual, pois, diferente dos conflitos

que poderiam conduzir a diversos caminhos éticos, políticos e sociais decorridos entre 1960 até 1980, vimos uma consolidação do neoliberalismo. Assim, torna-se coerente situar o neoliberalismo e sua inteligibilidade que, segundo nosso modo de ver, transversaliza tanto as dimensões das demandas quanto das práticas da psicologia.

A inteligibilidade neoliberal e suas ressonâncias sobre as demandas e as práticas na psicologia

O neoliberalismo consolida-se a partir dos anos 1960, tornando-se a governamentalidade vigente. Entretanto, encontramos nesse mesmo período, pontos de resistência em todo o mundo que ainda disputavam, de certo modo, um projeto de sociedade. Em meados da década de 1960, além dos conhecidos movimentos sociais que afloram na América Latina ocorrem também grandes lutas e grandes derrotas.

A inteligibilidade neoliberal ganha força em vários setores e faz-se valer estrategicamente, e quando não o consegue pela produção de verdades recorre às armas. Entre as suas invenções, a mais brilhante é, “o homem como empresa de si mesmo” (Foucault, 2008), que tem pautado práticas de trabalho tanto nas instituições públicas quanto nas instituições privadas.

A psicologia, sobrepujando sua condição de subordinada ao capital e que a muito lhe serviu (Jacques, 2007), presta outros serviços em plena ditadura no Brasil e na Argentina, por exemplo, contribuindo para questionar as instituições e se propondo a desenvolver práticas coadunadas às demandas sociais. Rodrigues (2008) problematiza a análise institucional, a socioanálise ou esquizoanálise referindo-se ao período histórico entre 1960 e 1970, sobretudo na Europa, mas que nos influenciou com destaque nos anos 1980. Os questionamentos de Rodrigues (2008) são relevantes, pois a análise institucional, a socioanálise ou esquizoanálise construíram interesses comuns tanto de ordem prática quanto de ordem política, trata-se da “[...] preocupação em problematizar o que parece natural aos olhos da maioria; interesse por transformações nos campos da saúde, saúde mental, educação, etc.” (p. 515).

Nesse sentido, podemos afirmar que a psicologia atendeu demandas como aquelas expressas pelas condições de vida, de trabalho e de saúde das classes populares. Temos vários exemplos dessas práticas fundamentadas em demandas sociais, intervenções nos locais de moradia e nos manicômios registradas, entre outros, por Basaglia na Itália e Amarante no Brasil (Campos, 2002) no que se refere à saúde mental. Também as intervenções de Odone na Itália, que trouxe a experiência ope-

rária como fonte de pesquisa e militância. Igualmente relevantes as numerosas iniciativas de trabalhos psicológicos em comunidades e com pequenos grupos. Vale lembrar que nem todas as práticas foram registradas, pois, muitas delas, seguiam mais o ritmo da militância que os procedimentos próprios da academia (Sato, 2010). Contudo, no decorrer da práxis houve crises ao mesmo tempo em que houve avanços, como Rodrigues (2008) revela ao perguntar se o “Sonho acabou?”, dirigindo-se mais especificamente à Análise Institucional, mas questão essa que podemos ampliar para as práticas que tinham um alinhamento político com as esquerdas:

Em Vincennes, as transformações econômicas (neo-liberalismo em expansão) e políticas (derrocada do esquerdismo) atravessam teorizações e práticas. Tudo se põe em questão na AI socializante: aproximar-se ou não, ou o quanto, do marxismo e da psicanálise; identificar-se à psicossociologia ou à sociologia; realizar intervenções a pedido ou militar politicamente; transformar a socioanálise em habilitação profissional ou manter o projeto de uma análise institucional generalizada. (p. 97).

Os dilemas expostos por Rodrigues (2008) nos levam a questionar se eles são ainda, e também, nossos conflitos. Isso pode nos mostrar quanto estamos imersos em tais mudanças, principalmente no que diz respeito à consolidação da arte neolibe-

ral de governar. Nesse sentido, parece-nos que vivenciamos aspectos que o campo de possibilidades dos anos 1960 circunscreveram, bem como seus desdobramentos. Assim, aquelas práticas e suas fundamentações perdem o sentido em nosso contexto que envolve demandas cujos atravessamentos sociais, parafraseando a terminologia dos Analistas Institucionais, encontram-se “a frio”, pois o neoliberalismo não se enfraqueceu, pelo contrário, tornou-se ainda mais forte, sobretudo na sua inteligibilidade.

Encontramos dificuldade em desenvolver práticas profissionais que se coadunem a dos psicólogos e afins, que desenvolveram trabalhos com grupos e instituições naquele período e que ainda hoje nos referenciam. Não podemos nos esquecer de que as demandas vinham das pessoas organizando-se politicamente em torno de movimentos alternativos ao neoliberalismo. Porém, podemos problematizar a importância dos movimentos organizados através dos quais as políticas públicas se efetivaram, de modo controverso ao neoliberalismo, a exemplo dos embates que possibilitaram as conquistas que frutificaram na constituinte de 1988 no Brasil.

Pensamos que o questionamento sobre a naturalização das demandas para a psicologia, hoje, pode ser relevante para a efetivação das práticas e dos saberes. Isso porque também precisamos entender as-

pectos mais gerais que norteiam as práticas e saberes, como a condição de possibilidade das práticas frente a esse contexto em que o jogo foi ganho pelo neoliberalismo; ou melhor, pensar em como lidar com a inteligibilidade neoliberal que transversaliza tanto as dimensões das demandas quanto das práticas. Nesse sentido, importa refletir sobre os movimentos políticos dos anos 1980 que, segundo nosso olhar, nos viabilizam problematizar a naturalização das demandas porque colocaram-nas em questão e, desta forma, outras práticas tornaram-se possíveis.

Foucault (2008) faz uma genealogia da arte liberal de governar, nascente no século XVIII e a problematiza no contexto de consolidação do neoliberalismo no século XX. As explicações de Foucault em seu curso “O Nascimento da Biopolítica”, realizado no Collège de France, em 1979, são ricas em detalhes. Entretanto, recortamos apenas o que ele apresentou como “o homem como empresa de si mesmo”, isto é, o *homo oeconomicus*.

As iniciativas neoliberais procuram ordenar a competição por meio da concorrência que regula os preços e as mais diversas operacionalizações para que os indivíduos, com o *status* de empresa, isto é, *homo oeconomicus*, possam prover as suas necessidades através dos seus próprios recursos (Foucault, 2008). Importante esclarecer, que o *homo oeconomicus*, ou se-

ja, o sujeito empresa de si mesmo e a sociedade civil, apresentam-se como elementos indissociáveis que constituem conceitos da tecnologia governamental do neoliberalismo.

Entretanto, muitos governos, entre eles o governo do Brasil, procuram garantir direitos recorrendo a variados *instrumentos*, como, por exemplo, as políticas públicas de saúde que são políticas de Estado que viabilizam o acesso universal a serviços de saúde. O neoliberalismo não contempla, para o desenvolvimento social e econômico, políticas que ofereçam serviços, pois prevê que os indivíduos devem prover recursos através da concorrência, para manterem-se integralmente. Assim, o neoliberalismo é uma governamentalidade, ou seja, uma arte de governar a partir de condições fundamentadas juridicamente que devem regular a sociedade civil e seu constituinte abstrato, o *homo oeconomicus* (Foucault, 2008).

O que nos interessa para alinharmos nossas análises ao objetivo que nos propomos, entretanto, é entendermos que tal arte de governar apresenta como um dos seus princípios fundamentais a teoria do Capital Humano, que é o conjunto de investimentos feito no próprio sujeito como recurso, isto é, a construção de suas competências. Nesse sentido, ela decorre em grande impacto, ainda na contemporaneidade, nas relações sociais de modo ge-

ral e mais especificamente nas instituições, bem como na própria inteligibilidade sobre os modos de ser, sobre os modos de viver e sobre as responsabilidades, individualizando-as (Costa, 2009).

Parece-nos que tal racionalidade, talvez diferente do que ocorreu nos anos 1980 no Brasil, atravessa a análise das demandas com destaque para os serviços públicos de saúde. Temos, de um lado, a *naturalização* que pode estar **coadune** a uma tendência da psicologia positiva, como vimos anteriormente. Entretanto, notamos que as políticas que normatizam tanto a análise das demandas quanto as práticas profissionais dos psicólogos(as) tenham uma grande influência das concepções da psicologia social que consideram a historicidade como norteadora da análise da demanda e das práticas. De outro lado, temos a consolidação da racionalidade neoliberal como vetor que favorece a naturalização e o individualismo no que concerne às demandas e às práticas e às relações entre os profissionais e dos profissionais com os usuários dos serviços.

Retomada da dimensão política na clínica como alternativa perante as modulações do capitalismo

A ampliação do campo de atuação da psicologia a partir dos anos 1980 tem convocado esses profissionais a novas in-

tervenções que têm produzido uma série de indagações. Essas indagações ocorrem no deslocamento de uma forma de raciocínio ancorado no âmbito da atividade clínica, no contexto liberal privado, para um âmbito multifacetado das políticas públicas.

Notamos que uma concepção corrente sobre este movimento de reconfiguração do trabalho do(a) psicólogo(a) postula uma vocação inerentemente progressista, isto é, de assunção do compromisso social da psicologia. Como destaca Neto (2011), essa perspectiva ignora um aspecto relevante, qual seja, as diferenças entre o movimento instituinte dessas políticas e a *institucionalização* de parte das suas demandas pelas políticas sociais do Estado democrático de direito após 1988. É preciso, desse modo, fazermos o exercício do recurso à história e refletirmos sobre os avanços e os retrocessos nesse processo.

A transposição das reivindicações sociais para o contexto de regulamentação estatal constitui, então, um avanço no sentido de que o próprio aparato jurídico de regulamentação torna-se, muitas vezes, instrumento para fortalecer novas lutas sociais e políticas instituintes visando à consolidação de direitos. No entanto, há perda no sentido da inventividade política e expressão da complexidade da vida coletiva política, pois sua ação ampliada se vê retraída à medida que suas ações se focalizam nas parcerias com o Estado.

Para abordarmos os efeitos do processo desta institucionalização consideramos a concepção das políticas públicas enquanto construção, ou seja, entendidas como o resultado de dinâmicas de um jogo de forças que se estabelece no âmbito das relações de poder. Essas, por sua vez, constituídas por grupos econômicos, por grupos políticos, por classes sociais e demais organizações da sociedade civil, permitem a produção de um campo de luta que busca os processos democráticos e participativos de gestão. Esse processo de lutas não se encerra com a regulamentação legal, ao contrário, sofre efeitos dela, inclusive no que diz respeito ao enfraquecimento de sua potência criadora.

Nesse sentido, o desafio constitui-se em manter a institucionalização recorrentemente renovada, promovendo o instituinte e impedindo que a política adormeça nas mãos de uma tecnocracia, por sua vez, mais interessada nas normas que na solução de problemas, por estar, em geral, submetida às práticas clientelistas ou eleitoreiras. Uma das vias da superação dos impasses com que nos deparamos pode ser, justamente, retomar a noção de política na sua relação com a clínica e na sua relação com a produção de formas de subjetivação. Avançar, então, na compreensão do capitalismo contemporâneo através da investigação dos modos de exercício do poder na contemporaneidade envolve des-

crever o modo de disseminação da lógica do capital no campo das competências subjetivas (Benevides, 2004).

Uma marca dessa forma de disseminação se realiza através da aversão do capitalismo à história, por seu anseio em ser trans-histórico. O que precisamos nos perguntar é sobre essa pretensão do capitalismo que, sendo construído historicamente, quer descolar-se da história para dominar o tempo e dominar a vida. Essa pretensão, em nossos dias, assume a figura da globalização que, através de redes incommensuráveis, anexa tudo impondo a cada nó da trama o que se apresenta como característica do todo. A globalização apresenta-se, portanto, como uma tendência incontornável e necessária à vida atual que se prolifera em todos os cantos do mundo.

Como resistir a essas novas formas de anexação do capitalismo contemporâneo e sua racionalidade neoliberal? Como aponta Pelbart (2000), não se trata de comprar-se com esse composto perverso de lamúria e adesão cínica, mas de cartografar e resistir, de apreender o que está em jogo no presente e, assim, dar visibilidade às saídas que nele se anunciam. Avançamos nossa análise então, em direção às perguntas: Quais relações entre o capitalismo contemporâneo, o exercício da clínica e a produção de subjetividade?

A análise das configurações socio-políticas contemporâneas e de seus efeitos

sobre as formas de subjetivação necessita de uma crítica sobre a tradicional separação entre sujeito e social, bem como da consequente despolitização das práticas coincidentes à naturalização das demandas. A articulação entre clínica e política, como assevera Benevides (2005), passa pela análise dos paradigmas que vêm norteando as práticas no campo psi. Segundo a autora, a frequente afirmação de que psicologia e a política não se misturam e de que a primeira, ao se encarregar do sujeito, não deve tratar de questões políticas, se fundamenta em concepções nas quais os sujeitos são concebidos como seres abstratos, abstraídos/alienados de seus contextos e que tomam suas expressões existenciais como produtos/dados a serem reconhecidos em universais apriorísticos. Nesse sentido, a despolitização das práticas encontra-se justificada e, de certa forma, naturalizada, visto que a psicologia que se funda naquela separação considera o sujeito e a política competência dos políticos e de outros campos do saber.

O desafio do restabelecimento de uma dimensão ético-política que ultrapasse essas concepções abstratas, transcendentais e descoladas de onde a vida se passa, envolve uma análise crítica do que fundamenta os saberes “psi”. Além disso, parece ser importante configurar os saberes “psi” a partir de paradigmas que sustentem uma concepção sobre a subjetividade aberta às

relações e às interferências dos aspectos políticos da vida humana. Dessa forma, a concepção de subjetividade como produção de subjetivação abre vieses para a efetiva relação entre clínica e política, pois, à medida que definimos a clínica em sua relação com os processos de produção de subjetividade, estaremos implicados em uma experiência de crítica/análise das formas instituídas e, ao mesmo tempo, abriremos condições de possibilidade para a criação de ferramentas conceituais para lidarmos com a própria subjetividade de uma maneira distinta das formas tradicionais.

O problema reside, também, na tendência que o caminho prevalecente na constituição da subjetividade na atualidade tem tomado no correr da vida. Desprovidas de referenciais simbólicos, as pessoas vivem imersas, cada vez mais, em uma cultura que impõe o reconhecimento de um único agente regulador efetivo das condutas sociais, melhor dizendo, o consumo. O consumismo se torna o maior sucesso e a maior ameaça da história da nossa cultura. Nesse sentido, realiza um consenso que tem se tornado quase universal com as estratégias globalizantes e que fundam certa estereotipia dos sonhos e dos desejos. Advém, então, uma sociedade que se apresenta como um grande corpo inerte atravessado por gigantescos processos de des-subjetivação (Agambem, 2009).

As expansões do consumismo e do seu correlato, o individualismo, não nos garantem a paz perpétua. Ao contrário, estamos permanentemente frustrados com os objetos e suas mágicas, pois eles não coincidem, evidentemente, com as imagens sonhadas. Neste ponto podemos vislumbrar que as modalizações do discurso do capitalismo e do discurso da ciência convergem para um mesmo objetivo. Enquanto o primeiro baliza-se pelo acesso ao objeto e, ao mesmo tempo, promove uma organização social centrada na forma de sua presença, o discurso da ciência se organiza, cada vez mais, em uma aposta de dominação do real por meio da produção de saberes mais sofisticados em relação ao seu objeto.

Os problemas subjetivos são vivenciados e explicados dentro de uma lógica de acesso ou não ao objeto da ciência dentro das modelizações do capitalismo, a exemplo da tendência à medicalização do sofrimento psíquico, pela aposta, por vezes exclusiva, no acesso à medicação da nova prescrição, ou do novo medicamento que, certamente, vai deixar o sujeito mais feliz.

As equipes de trabalho, como, por exemplo, as equipes de saúde, deixam transparecer, em muitos aspectos de sua organização, a lógica biomédica preponderante. Não saímos do paradoxo em que o funcionamento hierárquico, no qual o médico ocupa um lugar de destaque, determi-

na as ações em uma lógica de poder hierarquizada. A organização igualitária constituída por variadas especialidades em que todos os participantes têm a palavra, seja em que momento for, sofre uma implosão (Figueiredo, 2005), pois, mesmo que a hierarquia dê lugar a uma autorização difusa e, portanto, sempre questionável, de um profissional por outro, permanece presente a lógica biomédica que, a nosso ver, sustenta a naturalização das demandas.

Considerações finais

A reflexão sobre os efeitos da naturalização das demandas na articulação entre saberes e práticas na psicologia não é uma discussão restrita à atualidade. Como vimos, a instauração da psicologia como campo de saber se realiza a partir de uma objetividade naturalista que apresenta contradições que, por sua vez, repercutem de várias formas durante sua trajetória. A consideração dessas contradições e suas repercussões aparecem como um elemento de análise em nosso trabalho.

O avanço na direção de uma ultrapassagem de tais contradições necessita de uma crítica diante dos pressupostos naturalizantes e, igualmente, do desafio em questionar a consequência da utilização de ferramentas metodológicas que fundamentem nossos saberes de uma maneira distinta.

Nesse sentido, nossa análise permiti-

tiu-nos resgatar alguns elementos que os primeiros analistas institucionais nos legaram para a compreensão dos efeitos da naturalização das demandas no que se refere às instituições. Acreditamos que estas contribuições precisavam de uma transposição ao contexto sociopolítico atual no qual a inteligibilidade neoliberal tem transversalizado e produzido efeitos sobre as demandas e práticas da psicologia.

Uma perspectiva de “diagnóstico do presente” não se limita à compreensão de quem somos e de quais são as práticas instituídas, mas possibilita, sobretudo, perseguirmos as linhas de vulnerabilidade e conseguirmos apreender por onde e como o que existe hoje poderia não ser mais o que é (Neto, 2011). Portanto, a dimensão política da clínica apresenta-se como alternativa perante as modulações do capitalismo e a produção de subjetividades, refletida aqui muito mais no sentido de viabilizar certa abordagem do problema que uma prescrição de como articular saberes a práticas.

Referências

- Agamben, G. (2009). O que é um dispositivo. In: *O que é o contemporâneo e outros ensaios*. Chapecó, SC: Argos.
- Baremblytt, G. (1996). *Compêndio de análise institucional e outras corren-*

- tes. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.
- Barros, R. B., & Passos, E. (2004). Clínica, política e as modulações do capitalismo. *Lugar comum*. Rio de Janeiro: n.19-20, p.159 – 171.
- Benevides, R. (2005). A psicologia e o sistema único de saúde: Quais interfaces? *Psicologia & Sociedade*; 17(2), 21-25.
- Canguilhem, G. (1972). O que é a psicologia? Em: Epistemologia 2. *Revista Tempo Brasileiro*, 30/31, 104-123.
- Campos, G. W. S. (2002). A clínica do sujeito: por uma clínica reformulada e ampliada. *Saúde Paideia*. São Paulo: Hucitec.
- Costa, S. S. G. (2009). Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. *Educação e Realidade*, 34(2), 171-185.
- Figueiredo, A. C. (2005). Uma proposta da psicanálise para o trabalho em equipe na atenção psicossocial. *Mental III*. Recuperado em 13 maio, 2014, de www...
- Foucault, M. (1994). La psychologie de 1850 à 1950. In: *Dits et écrits*. Paris: Gallimard.
- _____. (2008). *Nascimento da biopolítica – Curso dado no Collège de France (1978-1979)*. São Paulo: Martins Fontes.
- Jacques, M. G. (2007). O nexos causal em saúde/doença mental no trabalho: uma demanda para a psicologia. *Psicologia e Sociedade*; 19(Edição Especial 1), 112-119.
- Lapassade, G. (2004). Quem acredita na utopia ativa? *SaúdeLoucura*, 8, xx.
- _____. (2007). René Lourau pedagogo. *Mnemosine*, 3(2), 164-171.
- Lourau, R. (1995). *Análise institucional*. Rio de Janeiro: Vozes.
- _____. (2004). *Rene Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec.
- Neto, J. L. F. (2011). *Psicologia, políticas públicas e o SUS*. São Paulo: Escuta.
- Neves, R. (2004). Notas para uma genealogia da psicologia social. *Psicologia & Sociedade*; 16(2), 12-19.
- Pelbart, P. P. (2000). *Formas de ser e habitar a contemporaneidade*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Rodrigues, H. B. C. (2006). Sejamos realistas, tentemos o impossível! Desencaminhando a psicologia através da análise institucional. In: A. M. Jacó-Vilela, A. A. L. Ferreira, & F. T. Portugal (Orgs.). *História da psicologia – rumos e percursos* (pp. 513-563). Rio de Janeiro: Nau.
- Sato, L. (2010). Psicologia, saúde e trabalho: distintas construções dos objetos “trabalho” e “organizações”. In:

*Conselho Federal de Psicologia.
Psicologia crítica do trabalho na
sociedade contemporânea.* Brasília:
CFP.

Andréa Luiza da Silveira:

Doutoranda em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Integrante do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (PPGPSI/UFRGS). Docente do Departamento de Psicologia da Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECO).

E-mail: deasilveira@gmail.com

Karine Vanessa Perez: Doutoranda e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicóloga, graduada em Psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina – *campus* de São Miguel do Oeste. Especialista em Psicologia Clínica Humanista pela Universidade do Oeste de Santa Catarina. Integrante do Laboratório de Psicodinâmica do Trabalho (PPGPSI/UFRGS). Docente do Departamento de Psicologia da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

E-mail: karinevanessaperez@gmail.com

Volmir Mielczarski dos Santos:

Doutorando e mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Psicólogo graduado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Integrante do Laboratório de Psicanálise (PPGPSI/UFRGS). Psicólogo da Secretaria Municipal da Saúde da prefeitura de Triunfo.

E-mail: volmirmielczar@ig.com.br

Enviado em: 21/10/2014 – **Aceito em:** 07/11/2014
